



3864 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

A PRÁTICA EDUCATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA ECOESCOLA THOMAS A KEMPIS
Patricia da Conceição Lima Torres - UFPI - Universidade Federal do Piauí

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir sobre as práticas educativas desenvolvidas pela Ecoescola Thomas A Kempis, associadas aos princípios da sustentabilidade. Está localizada na zona rural do município de Pedro II-PI e trabalha na perspectiva da educação contextualizada com a realidade socioambiental, política, econômica e cultural do Semiárido. Seus projetos educativos buscam articular os saberes construídos a partir das atividades do campo com os conhecimentos científicos trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento, tendo a agroecologia como foco de articulação interdisciplinar. O estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Arroyo, Caldart e Molina (2009), Fernandes (2009), Freire (1987) dentre outros/as autores/as que discutem a temática em questão. Os estudos iniciais apontam a Educação do Campo como um instrumento de luta política na construção de um novo modelo de sociedade e desenvolvimento. Os diferentes projetos educativos desenvolvidos pela Ecoescola em parceria com as organizações sociais do campo contribuem na formação crítica e emancipação dos povos do campo, bem como, no fortalecimento das lutas sociais no semiárido.

Palavras-chave: Educação do Campo. Prática Educativa. Semiárido. Movimentos Sociais.

A PRÁTICA EDUCATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DA ECOESCOLA THOMAS A KEMPIS

INTRODUÇÃO

Este trabalho integra a pesquisa de mestrado intitulada “Educação do Campo no Contexto do Semiárido: a prática educativa da Ecoescola Thomas a Kempis em Pedro II - Piauí”, que busca investigar se as práticas educativas desenvolvidas na Ecoescola possibilitam a formação crítica e a emancipação dos/as educandos/as.

O propósito deste texto é discutir acerca dos aspectos políticos e pedagógico da Educação do Campo no Brasil, bem como, de analisar as estratégias teórico-metodológicas utilizadas pela Ecoescola na implementação de práticas educativas voltadas ao contexto sociocultural e político do semiárido, tendo como referência os princípios da agroecologia e da sustentabilidade.

A pesquisa, em andamento, aponta que a ação educativa desenvolvida na Ecoescola considera os aspectos da convivência com o semiárido, da sustentabilidade e trabalha na perspectiva de fortalecer a autonomia dos educandos/as; de ressignificar as relações de gênero e de promover o comprometimento dos/as professores/as e demais equipe da escola na formação crítica e emancipação dos/as educandos/as.

1. Concepção de Educação do Campo

A educação no meio rural nunca foi prioridade na agenda das políticas públicas brasileiras. Esse descaso do Estado com a educação dos povos do campo deixou marcas de precariedade no funcionamento das escolas, como: infraestrutura inadequada, organização curricular descontextualizada, fragilidade na formação inicial e continuada dos/as professores/as, condições salariais defasadas, dentre outros.

Historicamente, a Educação Rural foi marcada pela subordinação do campo à cidade, em que as práticas educativas e os materiais didáticos estavam voltado à valorização dos aspectos socioculturais do espaço urbano, ignorando a realidade do campo e dos seus sujeitos. No período compreendido entre 1930 a 1980, o campo vivenciou muitas iniciativas educacionais, porém as campanhas educativas nacionais e os programas governamentais eram elaborados “de cima para baixo”, com metodologias padronizadas e executadas por conveniência política.

O modelo de Educação Rural - entendida como aquela pensada a partir das cidades e que desvaloriza a cultura e a identidade dos sujeitos do campo - passa a ser contestado pelos movimentos sociais. Em seu lugar, propõe-se um novo paradigma de educação construído a partir da realidade do campo, uma educação libertadora na qual homens e mulheres deixam de ser objeto para ser sujeito da sua própria história - esta concepção passou a ser chamada de Educação do Campo.

O paradigma da Educação Rural fundamentou as políticas desenvolvidas pelos governos, destacando-se pelo caráter urbanocêntrico e o não reconhecimento das especificidades sociopolíticas e culturais que diferenciam a escola do campo das demais. Como descreve Baptista (2003, p. 20-21),

De fato, apesar de o Brasil ser um país de origem eminentemente agrária, a educação rural aqui nunca foi alvo de interesse dos

governantes, ficando sempre relegada a segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão de conhecimentos já elaborados e levados aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade.

No final da década de 1980, a partir da luta organizada dos povos do campo junto aos movimentos sociais, a Educação Rural foi contestada pelas entidades sociais que buscavam uma melhor qualidade na educação oferecida aos/as camponeses/as, capaz de concebê-los como “sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos” (ARROYO; CALDART e MOLINA, 2009, p.12).

Reivindicava-se uma educação “no” e “do” campo, que para Caldart (2004, p. 149-150) tem uma significação: “No: o povo tem direito a ser educado onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Desse modo, Educação do Campo segundo Arroyo, Caldart e Molina (2009, p.12) significa:

Um movimento de ação, intervenção, reflexão, qualificação que tenta dar organicidade e captar, registrar, explicitar e teorizar sobre os múltiplos significados históricos, políticos e culturais (consequentemente formadores, educativos) da dinâmica em que outras mulheres, outros homens, vêm se conformando no campo.

Neste caso, a concepção da Educação do Campo firma-se em oposição ao paradigma da Educação Rural que servia de instrumento de dominação política e ideológica. Nessa perspectiva, a educação do campo é um projeto popular que reivindica direitos e políticas públicas emancipatórias para os povos do campo em situação de exclusão econômica e social. Sobre o paradigma da Educação do Campo, Fernandes e Molina (2004, p. 32) reafirmam-no como “uma construção teórica que se consolida na comunidade científica, é incorporada por diferentes instituições e se transforma em um projeto de desenvolvimento territorial”. Em relação ao paradigma da Educação Rural, os autores fazem uma crítica:

[...]o paradigma em que se apóia a visão tradicional do espaço rural no país não se propõe fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais. O campo não comporta hoje compreensão unidimensional do rural. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 35)

O termo Educação do Campo é recente, surgiu a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em julho de 1998 em Luziânia (GO) promovida pelo “Movimento por uma Educação do Campo”. A Conferência foi um momento significativo de discussões acerca da educação dos/as camponeses/as, na qual o campo foi reafirmado como um espaço de vida, formação de identidades, cultura, e de aprendizagens na interação entre os sujeitos e a natureza.

Esse movimento legitimou a luta por políticas públicas educacionais e, também, denunciou as condições precárias da educação desenvolvida no campo, como a falta de escolas, de infraestrutura adequada, de financiamento, de formação de professores/as, os currículos deslocados, dentre outros. Foi um movimento promissor de propostas, socialização de experiências e de afirmação de que um outro projeto de educação é possível.

Esta nova concepção de escola e de campo, concebida pelos movimentos sociais, crítica o modelo de educação dominante e procura articular os conhecimentos científicos com a realidade cultural da população camponesa, na intenção de promover uma formação crítica e emancipação, reafirmando o protagonismo dos povos do campo na construção do conhecimento comprometido com a transformação social.

Os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a Educação do Campo têm sustentação na tradição do pensamento Pedagógico Socialista, ao tratar da relação entre educação e trabalho, da formação de indivíduos ativos e participantes da vida social, representado por Pistrak (2003), com os Fundamentos da Escola do Trabalho: uma pedagogia social. Outra referência é a Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), que propõe uma educação crítica, consciente e libertadora. E, o referencial mais recente é a Pedagogia do Movimento (CALDART, 2004), criado a partir da experiência educativa dos movimentos sociais que compreendem a educação como processo coletivo constituído a partir das lutas sociais.

Na perspectiva de avançar na construção deste projeto de Educação do Campo, concebido a partir dos anseios dos povos do campo e comprometido com a formação crítica dos/as camponeses/as, diferentes movimentos e organizações sociais assumiram o desafio de desenvolver e apoiar experiências educativas que contemplem os princípios políticos e pedagógicas da educação libertadora.

2. A prática educativa da Ecoescola Thomas A Kempis

A Ecoescola Thomas a Kempis é uma instituição de ensino filantrópica que atende, gratuitamente, as crianças e jovens do campo no Ensino Fundamental II e o Ensino Médio na modalidade de tempo integral, baseado nos princípios da convivência com o semiárido e da sustentabilidade. Está situada no Sítio Revedor, há 2,5 km da sede do município de Pedro II, no Piauí, com uma área significativa para o desenvolvimento de inúmeras atividades educativas na perspectiva da agroecologia e da sustentabilidade.

A Ecoescola foi fundada em 2001, pelo Centro de Formação Mandacaru, com o intuito de promover “uma educação comprometida com o desenvolvimento das capacidades do/a educando/a, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, permitindo-lhe uma convivência adequada com o semiárido” (ECOESCOLA, 2016, p.17). Com o intuito de oferecer uma educação de qualidade aos jovens do campo, pautada nos princípios da educação do campo no contexto do semiárido, a Ecoescola funciona numa área rural constituída de diferentes espaços educativos (espaços para a criação de galinhas, cabras, porcos, abelhas e o cultivo de hortas, plantas medicinais, frutas, dentre outras atividades adequadas ao contexto da região).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2016), a instituição busca construir uma proposta educativa sustentada nos princípios da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; no princípio político de explicitar o papel da escola na construção do desenvolvimento sustentável; na interdisciplinaridade a partir do contexto local; no princípio metodológico da pesquisa; no

princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes e da multiplicidade dos espaços pedagógicos; nos princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à democracia.

A ação educativa da Ecoescola contempla atividades como: desenvolvimento de projetos interdisciplinares, eventos socioambientais, atividades de campo, palestras, feiras culturais e agroecológicas, debates, seminários, atividades culturais, esportivas e de lazer, místicas e rodas de diálogo, nas quais os/as educandos/as assumem o protagonismo na construção do conhecimento e na organização política das diferentes atividades, com o auxílio da equipe pedagógica da instituição.

As práticas educativas são construídas com o propósito promover uma articulação entre os conteúdos escolares, vinculados às diferentes áreas disciplinares, com outras temáticas adequadas à realidade local, incluindo práticas em áreas específicas para o desenvolvimento econômico viável na região semiárida.

Dentre os projetos interdisciplinares desenvolvidos pela instituição, destacam-se aqueles relacionados com temas ambientais; utilização de diferentes instrumentos de avaliação que proporcionam várias situações de aprendizagem; práticas de educação ambiental que favorecem a reflexão sobre sustentabilidade e práticas de agricultura familiar. Quanto aos desafios mencionados no Projeto Político Pedagógico (2016) da escola, estão: autonomia financeira; rotatividade do corpo docente e adequação do espaço físico para a sustentabilidade (produção de energia, irrigação, alimentação e uso de recursos).

3. Considerações Finais

A educação, enquanto um direito público subjetivo, foi historicamente negligenciada aos povos do campo. As práticas educativas desenvolvidas nas escolas rurais negavam os saberes e a vivência sociocultural dos/as camponeses/as. Com a luta dos movimentos sociais para se efetivar uma educação de qualidade *no e do* campo possibilitou a elaboração de documentos e a formulação de políticas públicas que há muito tempo foram ignoradas na legislação e nas agendas governamentais.

A Educação do Campo, ao denunciar o pensamento pedagógico hegemônico conservador, constituiu-se como um novo paradigma de educação que problematiza as questões sociais, que busca construir coletivamente os saberes, que conscientiza e liberta. Os movimentos sociais do campo defendem um modelo de desenvolvimento para as pessoas do campo no qual atenda aos interesses políticos, econômicos e culturais da agricultura familiar. Nesse sentido, a Educação do Campo configura-se um instrumento de luta política na construção de um novo modelo de sociedade justo e democrático.

Nesta perspectiva, a prática educativa desenvolvida pela Ecoescola, voltada à articulação entre as experiências e os conhecimentos construídos pelos povos do campo com os conhecimentos científicos desenvolvidos historicamente pela humanidade, tem possibilitado avanços importantes na construção de um projeto de educação comprometido com a formação crítica dos povos do campo e a construção de outro modelo de sociabilidade no meio rural associado aos princípios da sustentabilidade e da agroecologia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CARDALT, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural**: das experiências à política pública. Brasília: NEAD/MDA, Editorial Abaré, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ECOESCOLA, Thomas a Kempis. **Projeto Político Pedagógico**. Pedro II – PI, 2016.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia Meire S. A. (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. Brasília, DF, 2004. p. 32-53.

_____. Diretrizes para uma caminhada. In: ARROYO, Miguel G.; CARDALT, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (Org.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 135-145.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do Trabalho**: uma pedagogia social. São Paulo: Expressão Popular, 2003.